

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO NORDESTE

Relatório do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira de sua viagem a Recife, 9 de julho, 1999.

Viajei para Pernambuco no último dia 9 para atender a um compromisso que fizera com o Vice-Presidente, Marco Maciel, de debater com os cientistas pernambucanos as relações entre ciência e tecnologia e o desenvolvimento econômico daquele estado. Este convite surgiu de um café da manhã com o vice-presidente, há cerca de dois meses, em que observei que Pernambuco era, de longe, o Estado com maior qualificação científica no Nordeste. Possui notáveis cientistas e intelectuais. E no entanto, seu desenvolvimento nos últimos 30 anos tem sido insatisfatório, quando comparado com o de outros estados do Nordeste.

Minha viagem não se originou, portanto, da crise por que passei a partir de uma entrevista que dei ao jornal da SBPC, *Jornal da Ciência*. Alguns dos meus assessores, aliás, sugeriram que eu deveria cancelar a viagem, dado o problema. Insisti, entretanto, em manter o compromisso, inclusive porque teria uma boa oportunidade de esclarecer de vez o problema.

A reunião foi organizada pelo Secretário de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Cláudio Marinho, e pelo Presidente da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, José Carlos Silva Cavalcanti. Foram convidados um grupo de cientistas e empresários representativos do Estado. Pelo lado do MCT participaram o Presidente da FINEP, Mauro Marcondes, o Vice-Presidente para Ciências Exatas e Engenharias do CNPq, Evando Mirra, o Secretário de Tecnologia do MCT, Arthur Barrionuevo, o assessor para informática Eduardo Tadao Takahashi, e minha Chefe de Gabinete, Letícia Schwarz.

Depois da abertura do Vice-Presidente, que falou sobre a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do Nordeste, fiz a minha intervenção, que passo a resumir.

O mal-entendido

Iniciei contando o motivo original da minha visita, e como eu pretendia aproveitar a oportunidade para, naquela reunião, esclarecer o mal-entendido que provocara com minha

entrevista. Este mal-entendido, deixei claro, não fora consequência apenas do erro do jornal, que trocou “não colocar o carro na frente dos bois” por “não colocar o capim na frente dos bois”. Derivou também do pouco cuidado que tive ao responder à pergunta do repórter, que queria saber a política do ministério em relação aos desequilíbrios regionais. Achei necessário explicar porque o Nordeste recebe, proporcionalmente, menos verbas do que os estados do Sul e do Sudeste. Se houvesse explicado bem o meu pensamento, ao invés de deixar as frases algo soltas, o problema não teria surgido.

Quadro 1: Gasto em Bolsas e Auxílios à Pesquisa por Região

(média 1995-1998)

Regiões	Média dos Investimentos (R\$ mil)	Inv. por Pesquisador (R\$ mil)	Inv. per Capita (R\$ 1,00)	Inv. / PIB
Norte	9.910,70	16,80	0,88	0,037
Nordeste *	50.713,10	12,08	1,13	0,045
Sudeste	293.435,90	13,69	4,38	0,043
Sul	67.405,80	10,66	2,87	0,042
Centro-Oeste	32.529,70	17,83	3,1	0,058
Outros	22.517,00			
TOTAL	476.512,60	14	3,03	0,045
* Pernambuco	17.376,90	17,27	2,35	0,078

Fonte: CNPq/SUP/COAV (dados primários obtidos do SIGEF)

Conforme o Quadro 1, que junto a este relatório, e que apresentei em Recife, o Nordeste recebe recursos de apoio à pesquisa do CNPq exatamente proporcionais ao PIB (R\$ 0,045 para o Nordeste e para a média do país), e quase proporcionais ao número de pesquisadores: R\$12.008,00, no Nordeste contra R\$14.000,00 por pesquisador na média do país. É por habitante que a relação é desfavorável para o Nordeste: R\$ 1,13, contra R\$ 3,03 por habitante para a média do país.

Por que isto acontece? Procurei explicar – mas expliquei mal articuladamente – que esta desproporção decorre da pobreza do Nordeste, do conseqüente menor número de pesquisadores, enquanto que o CNPq, como todos os conselhos de apoio à pesquisa existentes no mundo, adota, para distribuir suas bolsas e auxílios, o critério da excelência dos projetos de pesquisa. Estes são avaliados pelos próprios cientistas, através de comitês de pares. Abandonar esse sistema seria colocar o carro na frente dos bois, jogar dinheiro fora, disse eu, pois isto equivaleria a abandonar os critérios de excelência. Se, por exemplo, estabelecêssemos uma quota para cada região proporcional à população, teríamos aprovados pelos próprios cientistas projetos que não eram os melhores, segundo seus próprios julgamentos. Ora, os cientistas, inclusive os do Nordeste, não aceitariam essa distorção do critério de excelência.

Como, entretanto, não deixei tudo isto bem claro, estava feito o mal-entendido, agravado pela troca de “carro” por “capim”. Interpretou-se que eu estava dizendo que dar recursos para a pesquisa no Nordeste seria sempre pouco eficiente. Embora tenha ficado claro que houve um erro de transcrição do jornal, a indignação continuou. Foi inútil ter eu dito que, embora decidido a manter o critério de excelência, pretendia manter e ampliar os programas já existentes especiais para o Nordeste.

A Só começou a diminuir quando fiz um comunicado, no site do MCT, acompanhado de um e-mail para todos os cientistas do Nordeste. Nesse momento, porém, quando os cientistas começavam a se tranquilizar, alguns políticos resolveram aproveitar a oportunidade para atacar o ministro “elitista”, “desrespeitoso para com o Nordeste”.

Ora, nada está mais distante de mim do que esses sentimentos em relação ao Nordeste. Barbosa Lima Sobrinho é meu tio e sempre tive por ele a maior admiração. Tenho sempre declarado que meus dois mestres em Economia no Brasil foram Celso Furtado e Ignácio Rangel. Quando assumi o ministério, tinha um compromisso de ir a Washington para tratar de um assunto ainda relacionado à reforma da administração pública. Fiz, entretanto, uma visita ao BID exclusivamente para solicitar o início de estudos para um empréstimo para financiar a ciência e tecnologia no Nordeste. Minha primeira viagem para fora de Brasília e do Rio de Janeiro, foi para Fortaleza. Lá declarei que uma de minhas prioridades seriam as regiões menos desenvolvidas do país, Nordeste e Norte.

Quadro 2: Desembolsos do Programa Nordeste

Anos	Realizado	A Realizar	TOTAL
1997	3.054,0	--	3.054,0
1998	1.032,0	--	1.032,0
1999	2.758,0	2.500,0	5.258,0

Fonte: CNPq

Esta prioridade já se transformou em números. Conforme o Quadro 2, que também apresentei em Recife. Nesse quadro se verifica que no Programa Nordeste foram gastos, em 1997, R\$ 3.054.000,00. Esta cifra baixou para R\$ 1.032.000,00 em 1998. Em 1999, porém, e apenas no primeiro semestre desse ano, já aplicamos R\$ 2.758.000,00. Até o final do ano nossa previsão é de gastar cerca de R\$ 5.258.000,00. O valor adicional de R\$ 2.500.000,00 será o resultado de novo edital do Programa Nordeste, que deverá ser anunciado em agosto. Que ministro é esse que é elitista e desrespeita o Nordeste, e que no entanto, só no primeiro semestre, antes do mal-entendido surgir, já havia gasto sem alarde muito mais do que no ano passado?

Pernambuco

Em seguida tratei do problema específico de Pernambuco. Aquilo que intuía quando conversei com Marco Maciel – o fato de Pernambuco ter uma ciência muito desenvolvida, enquanto o próprio Estado tem crescido pouco – confirmou-se no levantamento que mandei realizar, e que se encontra também no Quadro 1, em sua última linha. O gasto por pesquisador e em relação ao PIB do estado é consideravelmente maior do que a média nacional. O gasto por habitante não é maior do que a média nacional, mas consideravelmente superior à média do Nordeste. Em outras palavras, Pernambuco conta com notáveis cientistas e notáveis intelectuais, e no entanto outros estados do Nordeste têm apresentado melhor desempenho econômico. Por que? Ou, o que é mais importante, o que fazer?

Para responder a esta segunda pergunta contei a reunião que tive com economistas da Confederação Nacional da Indústria, que prepararam para o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, um excelente estudo sobre o Eixo Costeiro do Nordeste. Nessa apresentação os técnicos escolheram como setores exemplares (não necessariamente prioritários) a indústria têxtil e de confecções, e o complexo turístico. Depois de fazer os devidos elogios ao estudo, à forma rigorosa pela qual adotaram o método Delphi para definir a cadeia produtiva e encontrar os pontos de estrangulamentos, fiz uma observação e uma solicitação.

Observei que aqueles dois setores eram, de fato, prioritários. Que há muitos anos eu estava convencido disto. E não apenas eu mas todos os presentes. Ambos setores têm recebido investimentos consideráveis. Um aproveita a mão-de-obra barata existente, o outro, além da mão-de-obra, aproveita os maravilhosos recursos naturais da costa nordestina. Mas, acrescentei, a escolha dos dois setores não fazia justiça à existência de mão-de-obra qualificada na região.

Solicitei, portanto, que completassem o estudo com a apresentação de dois outros setores que, além de mão-de-obra-intensivos, fossem conhecimento-intensivos, fossem setores em que a tecnologia fosse sofisticada e muito dinâmica, apresentando grandes oportunidades de descoberta tecnológica e inovação empresarial.

Ora, volto a perguntar, que ministro é esse que não respeita o Nordeste e faz propostas dessa natureza a técnicos da região?

Contei essa reunião aos presentes no seminário de Recife, e afirmei que, em relação a Pernambuco me parecia evidente que um dos setores tecnologicamente dinâmicos que deveria ser escolhido seria o da tecnologia da informação. Já existe ali um notável grupo de pesquisadores e técnicos na Universidade e em empresas que começam a surgir.

Depois de minha intervenção falaram os membros de minha delegação e praticamente todos os presentes. Não se falou mais no mal-entendido, mas da política de C&T para Pernambuco. Minha proposta de que o setor de software e um setor de biotecnologia fossem adotados como prioridade por Pernambuco foi aceita consensualmente. Vários participantes preocuparam-se com a perda de cérebros; Sílvio Meira, em contrapartida, defendeu a mobilidade dos cientistas no país, que o sistema universitário estatal rigidamente burocrático dificulta. Sérgio Rezende sugeriu que o Fundo do Petróleo e os demais fundos fossem entendidos de forma ampla. Disse que já estávamos adotando essa política, mas que seria interessante que fossem apresentados projetos apenas indiretamente relacionados com o

petróleo ao Comitê de Coordenação. Seria uma boa forma de ampliar o conceito na prática. José Carlos Cavalcanti enfatizou que eu e minha equipe deveríamos usar mais a idéia de “sociedade do conhecimento”. Agradei a sugestão, já que, de fato, não estava dando ênfase a este aspecto, mas lembrei que em ensaio publicado em 1972 (“A Emergência da Tecnoburocracia”) a tese fundamental que defendi era a de que o capital estava deixando de ser o “fator estratégico de produção”, sendo substituído pelo “conhecimento técnico e organizacional”.

Minha avaliação da reunião, que me pareceu compartilhada pelos demais participantes, foi ter sido excelente. Não tivemos todo o tempo que desejaríamos para aprofundar os temas tratados, dado um compromisso que tinha com o Presidente da República, mas o tempo disponível foi suficiente para que avançássemos na identificação das causas e possíveis soluções para o desequilíbrio entre o excelente nível científico de Pernambuco e o desenvolvimento insatisfatório. E tive a oportunidade de esclarecer, espero de forma definitiva, o mal-entendido que minha entrevista ao *Jornal da Ciência* provocou.